CEEEI - RJ

CONSELHO ESTADUAL ESCOLAR INDÍGENA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ata da reunião do Conselho Escolar Indígena do Estado do Rio de Janeiro.

Aos vinte e sete dias do mês de março, ocorreu a reunião Ordinária, na Escola Estadual Roberto Montenegro, na Praia Brava, às 11h, o Presidente Argemiro, iniciou a plenária acordando com os membros do conselho a organização da reunião. Segue-se a leitura da ata da reunião anterior, onde foram feitos ajustes apontados pelos conselheiros, sendo a mesma aprovada. O Presidente inicia a leitura do quadro de prioridades do CEEI – RJ construído na reunião anterior, iniciando o discurso sobre cada prioridade apontada. Inicialmente fala sobre a criação da categoria de professor Indígena. A Conselheira Adriana, solicitou a palavra e destacou a realidade de Maricá e as contratações de professores indígenas, solicitando a orientação do estado para o entendimento específico com professores indígenas, em Maricá. O Presidente fala

sobre as discussões da CONEEI em Brasília em que outros estados já construíam a categoria de professor indígena. Domingos complementa informando os trâmites legais da implementação da categoria sugerindo que o conselho crie um GT para construção. A Conselheira Roseday fala também da experiência da CONEEI destacando a questão de criação de cargos de professores indígenas, referindo-se também a experiência de estados como MS, BA, CE. A conselheira ainda, sugere que o conselho possa pensar a criação da categoria de acordo com a realidade do RJ, com base na experiência dos demais Estados em que a discussão está avançada. O Presidente Domingos ressalta que somente assim será possível avançarmos nesta discussão. O Conselheiro Jorge fala das dificuldades enfrentadas pelos alunos da aldeia e das dificuldades que vem sendo enfrentadas pelos estudantes que tem que estudar na escola Juruá em Paraty; reclama ao conselho sobre essa realidade que está enfrentando na falta da oferta do 6º ao 9º ano em sua aldeia.

O Presidente Algemiro fala de sua preocupação com os professores que atuam “lutando para criação da

categoria de professor indígena", mas para uma" formação rápida", mas uma boa formação para que professor indígena possa dar conta de toda essa escolaridade com qualidade. O conselho tem que lutar para acontecer a formação para que o professor atue na formação do aluno no Ensino Fundamental completo. Os conselheiros dialogaram entre si sobre o tema. O Conselheiro João fala sobre a ausência da secretaria indígena no conselho em suas reuniões consecutivas, pergunta também sobre o magistério indígena. A Conselheira Roseday esclarece que estava de férias no período, mas que irá se interar na SEEDUC sobre o andamento do processo. O próximo passo será marcar a reunião com as comunidades e com o procurador. A Conselheira Rônia fez a leiura da Resolução de 07/03/2018 que autoriza o colégio indígena implementar o magistério indígena. Esclarece que ela mesma deu entrada no processo, pois essa ação faz parte de sua atribuição enquanto gestora. O conselheiro Demécio destacou a importância do professor e a dificuldade de conseguir um professor especializado. A Conselheira Adriana destacou a importância para

que tudo crie vida, e sai do papel, é necessário o acompanhamento e a atuação conjunta com regime de colaboração. O Conselheiro Jorge, destacou a importância do bilingüismo e a continuidade dos estudos. Defende a contratação de professor capacitado Juruá, além do professor guarani. A Conselheira Marci pontuou o cuidado para a permanência do professor guarani para garantir a língua mãe. A Educação escolar indígena precisa atuar na formação de professores indígenas. O Conselheiro Pedro destacou a fragilidade do contrato temporário. A conselheira Adriana endossou este problema existencial,destacou a importância para contratação imediata para conseguir a escolarização dentro da aldeia. Destacou mais uma vez a necessidade de contratação tendo em vista falta de professor. A Conselheira Neuza colocou a necessidade de formação técnica, não importa da onde vem, o importante é acontecer. Pediu para que as reuniões ocorram dentro da Aldeia. A SEEDUC precisa respeitar as legislações existentes e fazer cumprir.A professora a escola precisa, ensinar o guarani a escrever, documentar, os professores precisam

dominar é direito a aprender o português. A Escola é um lugar político ! E a língua precisa ser preservada. A conselheira Roseday da SEEDUC colocou a necessidade de professores, pois não há docentes com disponibilidade para atuação solicitou aos demais conselheiros que ajudem, divulgando a vaga e interesse da mesma em contratar. O Presidente Destacou a necessidade de implementação de uma específica de qualidade. A Conselheira Adriana sugeriu que haja contrato temporário para professores, atuarem, Paraty e Angra. Foi enfocado a importância do regime de colaboração entre estado e município a fim de dirimir a questão de falta de professor. Ficou agendada para o dia 29 de maio de 2018, local Paraty Mirim.